ISSN: 2358-8829

INFRAESTRUTURA ESCOLAR E DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM MORENO-PE

Maria Clara dos Santos Silva[1]
Janilda Maria de Souza Ferreira [2]
Eduardo Carlos Almeida de Lima[3]

RESUMO

O presente estudo busca apresentar como a infraestrutura escolar e o direito à educação são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equidade. Embora existam leis e políticas públicas que amparem esses direitos, ainda se observam falhas em sua execução, causando, assim, lacunas educacionais significativas. O estudo fundamenta-se no que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define a garantia de padrões mínimos de qualidade para o ensino, incluindo condições adequadas de funcionamento das instituições escolares. Nesse sentido, a discussão acerca da infraestrutura escolar e do direito à educação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base em análise documental**,** incluindo reportagens, notícias e documento institucional relacionados à intervenção do Ministério Público de Pernambuco no município de Moreno (PE). Os resultados indicaram que a Prefeitura Municipal de Moreno (PE), localizada na Região Metropolitana do estado, bem como a Secretaria Municipal de Educação do referido município, não estavam cumprindo adequadamente suas responsabilidades quanto às condições estruturais das escolas. A partir de denúncias realizadas pelo sindicato dos profissionais da educação, o caso foi encaminhado ao Ministério Público de Pernambuco, que realizou avaliações e intervenções acerca da problemática identificada. Inicialmente, buscou-se estabelecer acordos com a Prefeitura Municipal para a resolução das irregularidades nas unidades escolares. Contudo, diante da ausência de resoluções por parte dos órgãos responsáveis, o Ministério Público ingressou com medidas mais efetivas, solicitando reformas urgentes nas unidades escolares e o fechamento imediato de algumas instituições que apresentavam riscos reais à segurança e ao bem-estar de estudantes e profissionais da comunidade escolar. Conclui-se, portanto, que este estudo contribui para o debate sobre a efetivação das políticas públicas ao evidenciar falhas no cumprimento legal. Assim discute a relação entre direitos e deveres educacionais. Contudo, a pesquisa limita-se a um estudo baseado em fontes documentais, indicando a necessidade de pesquisas futuras em outros contextos municipais para a ampliação dos debates legislativos.

Palavras-chave: Direitos; Infraestrutura; Ministério Público; Educação de Qualidade; Políticas Públicas**.**

---

[1]Acadêmica do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia, Centro Universitário Facol, UNIFACOL, mariaclaracs.silva@unifacol.edu.br,

[2]Professora orientadora: Especialista em Neuropedagogia e Psicopedagogia. Docente no Centro Universitário Facol, UNIFACOL, janilda.ferreira@unifacol.edu.br

[3]Professor orientador: Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/FUNDAJ), eduardo.calima@adm.educacao.pe.gov.br